



Novembro, mês da consciência negra no Brasil

Por RAÍZES

O mês de novembro é conhecido como "Novembro Negro" no Brasil, por causa do Dia da Consciência Negra, celebrado no dia 20. É um período em que se reforça a luta contra o racismo, a luta pela terra, a luta feminista e em defesa dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que também são realçadas as profundas desigualdades sociais, pontualmente devido às questões raciais. No Brasil, mais de 56% da população se declara negra ou parda, segundo dados do IBGE de 2022. Apesar da baixa representação em todas as camadas governamentais e em cargos altos do mercado de trabalho público e privado, a atuação do povo negro brasileiro vem ganhando mais lugar e destaque nacional e internacional. Neste artigo, fizemos uma breve contextualização histórica sobre a importante data de 20 de novembro, expondo rapidamente o racismo no país e contando um pouco sobre a representação negra no Brasil.

Dia da Consciência Negra

O Dia da Consciência Negra foi celebrado pela primeira vez em 20 de novembro de 1971, em meio à ditadura militar no Brasil (1964-1985), em um ato de resistência e valorização à história de Zumbi dos Palmares, organizado pelo Grupo Palmares. Formado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, o Grupo Palmares foi uma associação que estudava história e cultura negras, e que se contrapunha à ideia de que a Lei Áurea de 1888 libertou o povo escravizado, "pois não garantiu assistência ou apoio governamental para o acesso à terra, educação e trabalho a mulheres e homens antes escravizados". O dia representa, também, a valorização da cultura, história e papel político dos afro-brasileiros. [1]



Primeiro ato evocativo ao 20 de Novembro, realizado em 1971 pelo Grupo Palmares, em Porto Alegre. Foto: Acervo Oliveira Silveira. Fonte: Agência Senado.

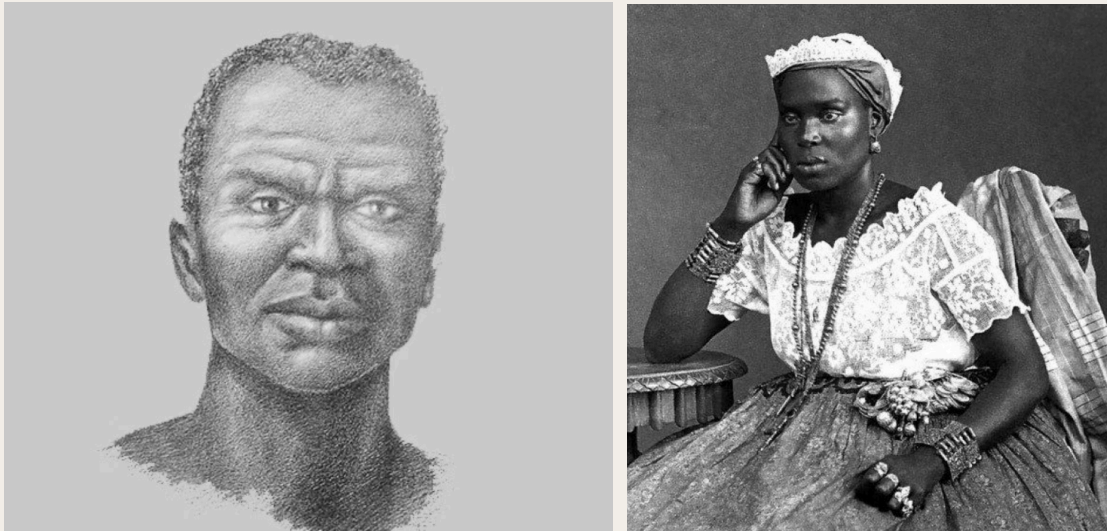
Zumbi dos Palmares foi um importante líder e símbolo de resistência, assassinado em 20 de novembro de 1695 durante uma emboscada da tropa portuguesa. Pouco se tem registrado sobre como foi a vida de Zumbi, que nasceu em 1655 e viveu em liberdade no Quilombo dos Palmares, atualmente interior de Alagoas, nordeste do Brasil. Ele ganhou notoriedade em 1675, quando lutou contra um dos ataques das tropas portuguesas ao seu quilombo. Foi casado com Dandara, com quem teve três filhos, e juntos lutaram principalmente pela liberdade do povo negro escravizado. [2, 3]

Segundo conta a tradição¹, Zumbi foi a segunda geração de sua família no Brasil, a nascer em Quilombo dos Palmares. Sua avó, Aqualtune, foi princesa no Congo e, após a derrota na Batalha de Mbwila, em 1665, foi enviada ao Brasil para ser vendida como escrava, onde chegou na capital de Recife, Pernambuco. Aqualtune teria fugido para o Quilombo dos Palmares, onde foi uma referência e liderança estratégica e, também, onde deu à luz à mãe de Francisco Nzumbi, o Zumbi dos Palmares. [4]

¹ Cruzando as referências utilizadas pela RAÍZES, as datas encontradas referentes à saída de Aqualtune do seu país natal Congo (1665) e a data de nascimento de Zumbi dos Palmares (1655) não são coerentes, o que nos leva a acreditar que ou há um erro nas referências ou ela pode não ser sua avó, como diz a tradição.



O Quilombo dos Palmares teve sua origem em 1580 e foi o maior Quilombo da América Latina, chegando a reunir 30 mil habitantes. Ocupava o imaginário do povo escravizado como um local de esperança e vida digna possíveis. Porém, com a repressão e perseguição contínua pela colônia portuguesa, Palmares foi destruído em 1694. [3]



Zumbi e Aqualtune. Foto: Wikimedia Commons

Por consequência da escravização do povo africano entre os séculos XVI e XIX, quando mais 4 milhões de pessoas forçadamente transportadas ao território brasileiro, o Brasil tornou-se o segundo país com maior ascendência africana do mundo. Ao resistir à escravidão, muitos povos fugiam e se juntavam para organizar a resistência e a subsistência coletiva, dando formação aos quilombos. Alguns quilombos viraram comunidades organizadas, construídos afastados das cidades. Além dos africanos escravizados, os quilombos recebiam, também, indígenas e algumas pessoas brancas em situação de fuga. Com essa diversidade, cada quilombo tinha uma formação, estratégia e cultura diferentes, que se assemelhavam pela rebeldia dos povos. [5]

Mesmo os quilombos que resistiram e viveram o período da abolição da escravatura, em 1888, tiveram que encontrar outras formas de luta e resistência, pois o povo negro foi marginalizado após a abolição. Durante o início do período republicano brasileiro, em 1889, houve um reforço à intolerância racial, com concentração fundiária nas áreas rurais e marginalização e repressão nas áreas urbanas. Algumas pessoas retornaram às fazendas em que eram escravizadas para trabalhar em condições ainda exploratórias, outras ficaram à própria sorte, sem terra e sem moradia. Muitos



descendentes quilombolas permaneceram nas terras de seus antecessores, como forma de resistência e preservação étnica e cultural, na tentativa de prevenir que as terras fossem tomadas, seja por ordem judicial ou a força, por fazendeiros e/ou empresas. [1, 5]

Foi somente na Constituição Brasileira de 1988 que o Estado reconheceu as áreas de quilombo como propriedade definitiva da comunidade existente e garantiu o direito às manifestações culturais. Essa conquista da terra não acontece de maneira fácil, porém. Além das perseguições violentas dos fazendeiros latifundiários, que querem se apropriar das terras quilombolas, para a demarcação e titulação das terras é preciso iniciar um longo processo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão federal que atua, entre outras frentes, na implantação de assentamentos rurais.

Atualmente, a área do Quilombo dos Palmares abriga o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, que preserva as histórias e construções da época, e está localizado a 70km da capital do estado de Alagoas, Maceió. Ao seu redor, alguns quilombos mantêm a história viva e abriga centenas de quilombolas, como a Comunidade do Muquém, a única remanescente do Quilombo dos Palmares, considerada patrimônio da memória afro-indígena brasileira.



Comunidade quilombola do Muquém, em Alagoas. Foto: Adriano Vizoni. Fonte: [Folha Press](#)



O racismo no Brasil

Datas comemorativas marcam momentos simbólicos, mas não devem ser resumidas a isso. A história da escravidão e do racismo no Brasil é longa e iniciou com a colonização dos portugueses, em 1507. A sua institucionalização como política econômica para aumentar a riqueza de setores europeus estruturou uma desigualdade racial, social e de gênero que dificilmente será reparada. O racismo foi considerado crime há apenas 34 anos, com a Lei de Crime Racial 7716 de 1989, que determina como crime os atos de "discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional". [6]

A violência contra o povo negro possui números alarmantes: em 10 anos (de 2008 a 2018) os homicídios de pessoas negras aumentaram mais que 11%, enquanto os de pessoas não negras caíram 12%. O número de pessoas negras assassinadas é 4 vezes maior que o de pessoas brancas. Se aplicado o filtro de gênero, a situação se agrava: 66% das mulheres assassinadas em 2019 eram negras. [7] No sistema prisional, 68% dos presos são negros, com mais de 400 mil pessoas encarceradas no país. [8] Além da violência social, a violência policial institucionalizada mata todos os dias, especialmente os homens negros. Somente no estado da Bahia, a violência policial mata 1 homem negro a cada 4 horas. "[...] é muito difícil a experiência de ser um corpo negro matável em cada esquina desse país. Na verdade, é assustador, desesperador e cruel, sobretudo para nós homens negros que temos filhos negros. A gente se assusta com a possibilidade de que eles vivam a mesma violência e crueldade que nós experimentamos [...]" disse o advogado Joel Luiz Costa, em uma plenária no Supremo Tribunal Federal, em novembro de 2023. [9]

No mercado de trabalho, o número de mulheres negras e pardas trabalhando em serviços domésticos é o dobro, se comparado com mulheres não negras, segundo dados de 2019. Isso mostra ainda uma herança do trabalho escravo, quando as mulheres negras eram submetidas aos serviços da casa, de cuidar dos filhos dos escravocratas e da lavoura, fazendo dupla ou tripla jornada de trabalho. A renda média das famílias negras brasileiras é menos da metade da renda de famílias brancas, sendo de 508,9 e 1.097 reais, respectivamente (dados de 2017). [2] Se utilizarmos o recorte de gênero, as mulheres negras recebem uma remuneração 70% mais baixa que as mulheres brancas. [7] A



discussão ao redor da renda familiar envolve, também, segurança alimentar e acesso à saúde e educação da população, áreas severamente impactadas com a pandemia que assolou o país entre 2019 e 2021.

Os efeitos da pandemia do COVID foram drásticos no Brasil. Em São Paulo, por exemplo, durante o pico da doença em agosto de 2020, a quantidade de óbitos de pessoas negras foi muito maior que a de pessoas brancas. Os bairros periféricos e mais pobres tiveram uma contaminação muito mais rápida que em bairros ricos, devido principalmente à falta de acesso ao saneamento básico, à impossibilidade de ficar em casa porque precisavam trabalhar para ter alguma renda e ao caos no sistema público de saúde. Com a paralisação do comércio, do trabalho doméstico e da construção civil, mais de 27% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos ficaram desempregados. [10]

Para além dos dados revelarem as injustiças estruturais, atentados políticos são focados em pessoas negras numa tentativa de silenciá-las, como foi o caso de Marielle Franco, na época vereadora no Rio de Janeiro, assassinada aos 38 anos em 14 de março de 2018 e que até hoje não teve seu caso solucionado. Ela era um importante nome que apoiava lutas contra a violência sexista e a violência nas favelas, a dignidade do trabalho feminino e os direitos das mulheres. Seu assassinato foi combústível para a mobilização negra, popular e feminista, especialmente na luta de enfrentamento à violência contra a mulher, e deu origem ao Projeto de Lei 1086/23 que institui o Dia Nacional Marielle Franco de Enfrentamento da Violência Política de Gênero e Raça.

A representação negra no Brasil

Para que a democracia seja, de fato, efetiva e os direitos da população negra sejam garantidos, é preciso que a representação política seja proporcional à composição da população. A maioria da população brasileira é negra. Porém, no Brasil, essa representação ainda está longe de ser equilibrada. Dos 513 deputados federais, 67 são negros, apenas 24% do total. Apesar das eleições de 2022 terem chegado ao recorde de pessoas negras eleitas, o número representa apenas 26% do total de candidatos eleitos. [11] Nos ministérios, considerando a composição de 2023, apenas 5 dos 37 ministros são negros. Pela primeira vez na história política do país, 1 ministra é indígena e 11 são mulheres. [14]

Todo avanço é crucial, porém. As mobilizações negras e populares conquistaram força após a abolição do regime escravocrata e com os avanços



tecnológicos que possibilitaram a circulação de publicações voltadas especificamente para a população negra, uma forma de dar voz e promover a articulação entre os povos. Lutas, movimentos e personalidades internacionais foram referência para as mobilizações nacionais, como Rosa Parks, Martin Luther King e Nelson Mandela. [12]

Um dos movimentos mais antigos (e ainda ativo) no Brasil é o Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978, que busca combater todas as formas de racismo e exploração do povo negro, e que luta pelo fim da violência policial. Entre as suas conquistas se destacam a criação do Dia Nacional da Consciência Negra em 20 de novembro, a demarcação de terras quilombolas, a lei que obrigada a inclusão da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio nas escolas e as leis de cotas nas universidades.

Outra importante conquista foi a recente criação do Ministério da Igualdade Racial, em 2023, comandada por Anielle Franco. A pasta zela pela promoção de políticas públicas de combate à discriminação racial e a ampliação de oportunidades para as pessoas negras, desenvolvendo projetos como a Formação de Iniciativas Antirracistas, que estabelece ações como a reserva de vagas para pretos e pardos e a Lei de Cotas nos concursos públicos, além da promoção de cursos com temáticas raciais. [13] Outros programas que simbolizam os avanços na luta contra o racismo estão sendo ampliados, como é o caso da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que combate a desigualdade no sistema público de saúde, do Programa de Incentivo à Diversidade Étnica e Racial (Pider), que concede incentivos fiscais para empresas voltadas a ações afirmativas para a população negra, e do programa de cotas para ampliar o acesso de pessoas negras às instituições federais de ensino superior, garantindo 50% das vagas aos estudantes oriundos de ensino público.

Para além dos avanços na política pública, personalidades pretas tem ganhado destaque nas áreas de cultura e educação, como: Conceição Evaristo, primeira escritora negra a receber o troféu Juca Pato de literatura brasileira, em 2023, com o livro "Canção para ninar menino grande"; Sueli Carneiro, escritora multipremiada por sua extensa contribuição teórica; e Liniker, primeira artista trans negra a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Cultura.

Por fim, a multiartista Nitorê Akadã faz uma fala pertinente sobre a consciência negra, em uma entrevista concedida ao cantor Péricles, ela diz que



devemos "ter consciência que a gente [o povo negro] não é descendente de escravizados e sim de intelectuais, de agricultores, de artistas, que vieram escravizados para essa terra [o Brasil], que contribuíram e contribuem muito para o desenvolvimento dessa nação. Então, ser consciente, ter consciência dessa negritude, é ter consciência dessa contribuição enorme e da riqueza cultural, ancestral, histórica que nós temos". [15]

Referências

1. Agência Senado, 2021. Disponível em: [Dia da Consciência Negra, 50 anos: liberdade conquistada; não concedida](#)
2. Página do MST, 2018. Disponível em: [Novembro Negro: É tempo de reafirmar a resistência do povo brasileiro](#)
3. Portal Geledés, 2009. Disponível em: [Zumbi dos Palmares](#)
4. Jarid Arraes, livro "Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis". Editora Seguinte, 2017.
5. Giselda Shirley da Silva e Vandeir José da Silva, para a Revista Mosaico, 2015. Disponível em: [Quilombos Brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil | Revista Mosaico](#)
6. Agência Senado, 2023. Disponível em: [Sancionada lei que tipifica como crime de racismo a injúria racial](#)
7. Eunice Prudente, para o Jornal da USP. Disponível em: [Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra – Jornal da USP](#)
8. Bruno Bocchini, para a Agência Brasil, 2023. Disponível em: [População negra encarcerada atinge maior patamar da série histórica](#)
9. Joel Costa, discurso na plenário do Supremo Tribunal Federal, 2023. Disponível em: [STF julga ADPF Vidas Negras; veja a fala de Joel Luiz Costa](#)
10. Fernanda Santos e Sergio Silva, 2022. Disponível em: [Os efeitos do racismo estrutural e institucional na vida da população negra durante a pandemia da covid-19 Gênero, raça e classe no Brasil](#)
11. Bárbara Hammes, para a plataforma de notícias G1, 2022. Disponível em: [Negros são 56% da população, mas presença na Câmara Federal ainda não chega a 30%: 'Representação é necessária para toda a sociedade' | Paraná | G1](#)
12. Ana Fahs, para a plataforma digital Politize!. Disponível em: [Movimento negro: história, conquistas e polêmicas! | Politize!](#)



13. Site da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 2022. Disponível em: [Enap e MIR lançam programa para combater racismo e estimular liderança de pretos e pardos no setor público](#)
14. Imprensa do Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação da UFRGS, UFCSPA e IFRS, 2022. Disponível em: [Lula fecha a lista de 37 ministros com o maior número de mulheres, negros e a primeira indígena da história – Assufrgs](#)
15. Nitorê Akadã em entrevista ao Voz da Consciência, episódio 10, 2023. Disponível em: [Péricles | Voz Da Consciência - Episódio 10 \(Nitorê Akadã\)](#)